



ATA DA 84ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS DE LESBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO ESPÍRITO SANTO.

No dia 10 do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte seis), às 14 (quatorze) horas, através da plataforma de reunião zoom, Link: <https://us02web.zoom.us/j/89684112638>, Reuniram-se membras/os/es do Conselho Estadual de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos da População LGBT+ do Espírito Santo para 84ª Sessão Plenária Ordinária, estando presentes no ato seguintes conselheiras/os/es: **PODER PÚBLICO:** Victor Antenor Ferrari Nodari - Titular/SEDH; Dulcimara Comerio – Titular/SETUR; Julimar Soares França – Suplente/SESA; Igor Pinheiro dos Santos Jasper – Suplente/SESP; Odacyr Robert Moura da Silva – Titular/IFES; Weverson Dadalto - Suplente/IFES. **SOCIEDADE CIVIL:** Vênus Miguel Pereira – Titular/ADRC; Valcilene Lobato dos Santos – Suplente/ LGBTI+MST/ES; Maria Eduarda Gualandi Fabre - Titular/CORES; Filipe Costa Vieira - Titular/Fórum LGBT; Layza Lima Leopoldino - Titular/Fórum LGBTI+ da Serra; Dayane Sara Paixão - Titular/Fórum Baixo Guandu; Matheus Mariano dos Santos – Titular/Juventude de Terreiro; Monica Miniguite de Nadai - Titular/Fórum Gabi Monteiro; Antônio Juvenal da Silva Junior - Suplente/Fórum Gabi Monteiro; Maria José dos Santos - Suplente/FONATRANS; Fabiana Oliveira de Carvalho - Titular/RNP-ES; Jeffa B Moreira Santana -Titular/Coletivo TransEncruzilhadas; Carlos Eduardo Tegedor da Cruz – Titular/OAB-ES. Convidades: Izabela Pinheiro Campos - SEDU, Marcos Melo - Coordenador-Geral de Promoção do Direito das Pessoas LGBTQIA+ da Secretaria Nacional, MDHC, Érikah Souza - Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; Hiago Mendes Guimarães - Diretor de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ Após verificar o quórum, a Presidenta do conselho Fabiana Oliveira de Carvalho deu início à reunião apresentando a **ORDEM DO DIA: Ponto de Pauta 01. INFORMES:** Compartilhou informes iniciais, incluindo uma pesquisa sobre a população LGBT com mais de 40 anos, enviada por Gisele, e incentivou os presentes a participarem, Mencionou pesquisa de extensão sobre população LGBT acima de 40 anos, considerada interessante, e pediu que fosse compartilhada com os demais. Nenhum conselheiro levantou a mão para informes adicionais. **Ponto de Pauta 02. APROVAÇÃO DA ATA:** A presidenta Fabiana de Carvalho solicitou aos conselheiros que se manifestassem, por meio do chat, quanto à aprovação da ata da reunião anterior. Após a manifestação dos participantes, a secretária executiva, Gisele, confirmou a aprovação. Não havendo manifestações contrárias, a ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade pelo pleno. **Ponto de pauta 03. ATUALIZAÇÃO DO EMPODERA+:** Marcos Melo, Coordenador-Geral de Promoção do Direito das Pessoas LGBTQIA+ da Secretaria Nacional, MDHC. informou que o Programa Empodera passou a adotar o modelo de execução nacionalizada, com a Secretaria Nacional e a Fundacentro assumindo a execução das ações pedagógicas, do Comitê de Oportunidades Econômicas e dos cursos de formação. Informou que os pagamentos das bolsas foram regularizados e que nenhum beneficiário será prejudicado. Também comunicou a expansão do programa para mais seis estados e convidou o Conselho para participar da primeira aula do curso de formação em Cidadania e Direitos Humanos. Durante a discussão, Layza Lima questionou a ausência de comunicação prévia ao Conselho sobre a mudança e solicitou esclarecimentos quanto ao processo de definição da execução local. Fabhyanna de Carvalho destacou a importância da continuidade do programa no Estado e relatou dificuldades anteriores de gestão e diálogo. Jeffa informou sobre a parceria com a bolsista do programa para elaboração de cadernos de enfrentamento à LGBTfobia, manifestando interesse em sua continuidade. Victor Nodari reafirmou a disposição da SEDH para manter o diálogo e estabelecer



45 parcerias. Como encaminhamento, ficou registrada a crítica do Conselho quanto à falta de
46 comunicação prévia, a continuidade do diálogo com a Secretaria Nacional e a articulação, por meio
47 da Câmara Técnica de Comunicação, para dar continuidade às ações relacionadas aos cadernos de
48 enfrentamento à LGBTfobia. Também foi sugerida a avaliação da adesão do Conselho à Rede de
49 Conselhos e à Rede de Proteção, Promoção e Defesa. **Ponto de pauta 04. ATUALIZAÇÃO SOBRE**
50 **EMENDAS PARLAMENTARES:** Victor Nodari, da GEPLGBT/SEDH, apresentou o panorama das
51 emendas parlamentares previstas na LOA para o ano corrente. Informou que três emendas já
52 chegaram à Gerência e estão em fase de análise, referentes à Associação Gold, a uma segunda
53 entidade e à RNP+ES. Informou também que outras seis emendas previstas na LOA ainda não
54 chegaram à Gerência, estando possivelmente na Casa Civil. Durante a reunião, confirmou que as
55 emendas destinadas ao Fonatrans e ao Sinestesia também já chegaram à Secretaria e aguardam
56 diálogo com as respectivas instituições. Comunicou, ainda, que a emenda nacional já foi assinada,
57 com extrato publicado no Diário Oficial, aguardando a contratação do objeto. Diante desse cenário,
58 sugeriu que as organizações e o próprio Conselho continuem dialogando com os deputados
59 proponentes e com a Casa Civil, buscando agilizar o encaminhamento das emendas pendentes.
60 Filipe, do Fórum Estadual LGBT, manifestou preocupação com o atraso, considerando que já era
61 meados de setembro, e alertou que o prazo para que as entidades realizem eventuais adequações
62 documentais estava se reduzindo, o que poderia comprometer a execução dos recursos. Solicitou
63 que a Secretária de Direitos Humanos dialogue diretamente com o Secretário da Casa Civil para
64 agilizar o processo. Ressaltou que a sociedade civil já havia realizado as cobranças junto aos
65 deputados e questionou, ainda, o andamento da emenda do Senador Contarato. Layza Lima, do
66 Fórum LGBTI+ da Serra, destacou que a ausência do representante da Casa Civil nas reuniões do
67 Conselho dificulta o diálogo intersetorial. Informou que o conselheiro titular da Casa Civil, Rogério do
68 Amaral Oliveira, encontrava-se doente e que a suplente, Fabiana, havia informado não ter interesse
69 em continuar participando do Conselho. Gisele informou que já havia solicitado, por e-mail, a
70 substituição dos representantes da Casa Civil no Conselho e que também havia realizado contato
71 telefônico no dia anterior, cobrando retorno sobre a solicitação. Fabiana de Carvalho, da RNP+ES,
72 manifestou frustração diante da situação e relatou sua percepção de que servidores da Secretaria
73 estariam sendo pressionados a reduzir as cobranças realizadas pelo Conselho, situação que
74 considerou como assédio moral e violação dos direitos da sociedade civil. Como encaminhamento,
75 ficou registrado que três emendas encontram-se em análise na Gerência e que outras permanecem
76 pendentes de encaminhamento. Victor Nodari comprometeu-se a levar à Secretária a demanda do
77 Conselho por maior agilidade no processo. Ficou acordado, ainda, que o Conselho e as entidades
78 continuarão acompanhando e cobrando dos deputados proponentes e da Casa Civil o andamento
79 das emendas, bem como será mantida a solicitação formal para substituição dos representantes da
80 Casa Civil no Conselho. **Ponto de Pauta 05. DISCUSSÃO SOBRE MANIFESTAÇÃO DE CARÁTER**
81 **LGBTFÓBICO OCORRIDA DURANTE SESSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU:**
82 Dayane Paixão, representante de Baixo Guandu, relatou episódio de LGBTfobia ocorrido durante a
83 sessão da Câmara Municipal que aprovou, por maioria dos vereadores, a criação do Conselho
84 Municipal LGBT. Informou que a votação ocorreu sem comunicação prévia ao Fórum local e que,
85 durante a sessão, um vereador proferiu falas consideradas homofóbicas, afirmando, entre outras
86 declarações, que pessoas LGBT deveriam ficar em casa e que não queria que crianças convivessem
87 com drag queens, além de utilizar palavras ofensivas em grupos de WhatsApp e publicar vídeos
88 reafirmando seu posicionamento. Relatou que a vereadora Lorrany Rodrigues publicou nota de



repúdio em apoio à comunidade LGBT e que a população local está mobilizada, cobrando posicionamento do Fórum e do Conselho Estadual. Dayane sugeriu a presença do Conselho na Câmara Municipal, utilizando o espaço de cinco minutos da tribuna livre para manifestar repúdio às declarações. Filipe, do Fórum Estadual LGBT, parabenizou o Fórum de Baixo Guandu pela aprovação do Conselho Municipal e sugeriu a reunião dos vídeos e demais registros para encaminhamento de denúncia ao Ministério Público. Destacou a necessidade de cautela para evitar ampliar a visibilidade do vereador, sem, contudo, silenciar diante das declarações, e sugeriu que as entidades vinculadas ao Conselho também avaliem a emissão de notas individuais de repúdio. Layza Lima, do Fórum LGBTI+ da Serra, reforçou que, além das manifestações públicas, é importante realizar uma denúncia formal e jurídica. Sugeriu o encaminhamento de denúncia por possível quebra de decoro parlamentar, conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal, além da representação junto ao Ministério Público. Ressaltou também a importância de preservar o caráter amplo e suprapartidário do movimento social. Citou experiência ocorrida na Serra envolvendo penalização de vereador por discurso LGBTfóbico, destacando a importância dos instrumentos legais. Fabiana de Carvalho, da RNP+ES, manifestou solidariedade à comunidade de Baixo Guandu e sugeriu que tanto o Fórum quanto o Conselho Estadual encaminhem denúncia ao Ministério Público. Propôs, ainda, a mobilização na Câmara Municipal, a solicitação de espaço para manifestação e a verificação da existência de Comissão de Direitos Humanos no município, colocando-se à disposição para participar presencialmente das ações. Carlos Tegedor, representante da OAB/ES, após ser instado a se manifestar sobre o ocorrido, prestou solidariedade à comunidade de Baixo Guandu e informou que verificaria, no âmbito das atribuições institucionais da OAB, quais medidas poderiam ser adotadas em relação ao fato relatado. Esclareceu, ainda, que, quanto à formalização de eventual denúncia, poderia conversar com a representante e buscar, junto a advogados que se dispusessem, possíveis orientações ou auxílio para a elaboração da denúncia, não se tratando de compromisso de prestação de apoio jurídico pela OAB/ES. Como encaminhamento, ficou registrado o apoio do Conselho Estadual ao Fórum de Baixo Guandu, com a avaliação da emissão de nota de repúdio, encaminhamento de denúncia ao Ministério Público e possível mobilização junto à Câmara Municipal. Ficou também registrada a necessidade de avaliar a denúncia por possível quebra de decoro parlamentar. **PONTO DE PAUTA 06. ATIVIDADE DO NOVEMBRO NEGRO:** Layza Lima apresentou as propostas de atividades planejadas pela Comissão de Planejamento para os próximos meses. Informou que o Conselho foi convidado pela Secretaria Estadual a apresentar propostas para a Jornada Estadual de Direitos Humanos, prevista para dezembro, tendo sido encaminhadas duas propostas, sendo uma em parceria com a RNP+ES e outra voltada ao sistema prisional, contemplando o PSM II e a unidade que acolhe mulheres lésbicas e homens trans. Informou que ainda não houve retorno quanto à seleção das propostas, tendo Victor Nodari esclarecido que a reunião do grupo de trabalho da Secretaria para definição da programação deverá ocorrer na semana seguinte, com posterior retorno ao Conselho. Layza destacou que, independentemente da aprovação das propostas para a Jornada, o Conselho pretende manter as ações planejadas, especialmente a visita ao sistema prisional, considerando a importância do acompanhamento e da fiscalização desses espaços pelos conselheiros. Para o Novembro Negro, informou que está sendo articulada a realização de um seminário estadual sobre a população LGBT negra, em parceria com o Conselho de Igualdade Racial e a Gerência de Política de Igualdade Racial. Fabhyanna de Carvalho informou que já foi solicitado o encaminhamento de ofício para agendamento de reunião com a referida Gerência, a fim de iniciar a construção conjunta da atividade. Para o mês de janeiro, Layza informou



a previsão do II Encontro Transvivência, já aprovado pelo Conselho, e da Semana Estadual de Empregabilidade e Empreendedorismo para a população trans, destacando que as ações deverão ser planejadas de forma conjunta e transversal. Propôs, ainda, a criação de uma comissão temporária, com participação das diferentes Câmaras Técnicas, para organizar e acompanhar as atividades previstas para novembro, dezembro e janeiro. Na oportunidade, Weverson Dadalto, representante do Ifes, colocou à disposição a estrutura do Campus Vitória, incluindo miniauditórios, auditórios e teatro, para realização de atividades presenciais. Sugeriu também a participação da comunidade acadêmica e a articulação com o Neabi e o Nepjens, ampliando a parceria institucional. Layza acolheu a proposta, destacando o Ifes como possível parceiro estratégico, especialmente para as ações previstas para janeiro. Jeffa, representante do Coletivo TransEncruzilhadas, informou sobre as ações em andamento na Câmara Técnica de Comunicação, incluindo a elaboração do caderno sobre enfrentamento à LGBTfobia e de material alusivo aos dez anos do Conselho. Também apontou a necessidade de reavaliar o horário das reuniões da Câmara Técnica, considerando a dificuldade de participação nas reuniões realizadas às segundas-feiras no período da tarde. Como encaminhamento, ficou proposta a criação de uma comissão temporária para organização das atividades de Novembro Negro, Jornada Estadual de Direitos Humanos e ações de janeiro, bem como a continuidade da articulação com a Secretaria, o Conselho de Igualdade Racial, a Gerência de Política de Igualdade Racial e o Ifes. Ficou registrado, ainda, que o Conselho aguarda o retorno da Secretaria quanto à seleção das propostas para a Jornada Estadual de Direitos Humanos. Fabiana Oliveira de Carvalho agradece a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu Gisele Alencar Florencio Matos, lavrei a ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e a presidente deste conselho.

FABIANA OLIVEIRA DE CARVALHO

Presidenta do CELGBT+ES

GISELE ALENCAR FLORENCIO MATOS

Secretária Executiva do CELGBT+ES

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

GISELE ALENCAR FLORENCIO

ASSISTENTE DE GERENCIA I

GEPLGBT - SEDH - GOVES

assinado em 14/10/2026 11:06:04 -03:00

FABIANA OLIVEIRA DE CARVALHO

CIDADÃO

assinado em 14/10/2026 11:16:39 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/10/2026 11:16:39 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por GISELE ALENCAR FLORENCIO (ASSISTENTE DE GERENCIA I - GEPLGBT - SEDH - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-548Q19>